



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

IMT, IP-RAM (antiga DRTMT)
Abril 2026



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

O Presidente do IMT, IP-RAM

Despacho

APROVADO.


João Pedro Sousa

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Avaliação Anual - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Versão: 1.0

Edição: abril, 2026

Editor: IMT, IP-RAM (antiga Direção Regional dos Transportes e Mobilidade Terrestre (DRTMT))

Endereço: Rua de São Pedro n.º 25 e 27

9000-219 Funchal

www.madeira.gov.pt/imt

Coordenação: DSRSAI



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt

Relatório Avaliação Anual PPR



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	5
II. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ANTIGA DIREÇÃO REGIONAL DOS TRANSPORTES E DA MOBILIDADE TERRESTRE	6
II.1. NATUREZA	6
II.2. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	6
II.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
III. RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	10
III.1. CONCEITOS	10
III.2. CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	10
III.3. ÁREAS DE RISCO E RESPONSÁVEIS	14
III.4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS	15
III.4.1. AVALIAÇÃO ANUAL AO PPR	16
IV. CONCLUSÕES FINAIS	27



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

SIGLAS E ACRÓNIMOS

Sigla	Descrição
DL	Decreto-Lei
DLR	Decreto Legislativo Regional
DHI	Divisão de Homologações e Inspeções
DMT	Divisão de Mobilidade Terrestre
DRTMT	Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre
DRR	Decreto Regulamentar Regional
DSCO	Direção de Serviços de Contraordenações
DSTT	Direção de Serviços de Transportes Terrestres
DSV	Direção de Serviços de Viação
DTT	Divisão de Transportes Terrestres
GR	Grau de Risco
IMT, IP-RAM	Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM
IP	Impacto Previsível da Ocorrência do Risco
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
PCN	Programa de Cumprimento Normativo
PO	Probabilidade de Ocorrência do Risco
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RAM	Região Autónoma da Madeira
RCN	Responsável pelo Cumprimento Normativo
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



I. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação do Decreto-Lei (DL) 109-E/2021, de 9 de dezembro (doravante designado DL 109-E/2021), que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), foi instituído a obrigação de as entidades abrangidas implementarem um Programa de Cumprimento Normativo (PCN) que inclui, entre outros, a elaboração e implementação de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), e a sua monitorização através do relatório de avaliação anual e do relatório de avaliação intercalar, para as situações identificadas de risco elevado ou máximo.

O PPR em vigor para o ano de 2025, foi aprovado a 11/12/2024, e integrou os principais riscos passíveis de ocorrer, no âmbito das atribuições e áreas de atividade da antiga Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre (DRTMT).

O Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 04/12, que criou o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM (IMT, IP-RAM), com desempenho a partir de 01/01/2025, passou a agregar entre outros, as funções da antiga DRTMT.

Atendendo ao acima exposto, foi dando cumprimento à alínea b), do n.º 4 do artigo 6.º, do RGPC, e à Recomendação n.º 9/2024, de 22/11, com a realização da elaboração do relatório de avaliação anual ao PPR, da antiga DRTMT.





II. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ANTIGA DIREÇÃO REGIONAL DOS TRANSPORTES E DA MOBILIDADE TERRESTRE

II.1. NATUREZA

A antiga Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre era um serviço da administração direta da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, dotado de autonomia administrativa.

II.2. MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A DRTMT tinha por missão assegurar a execução da política definida para o setor dos transportes e mobilidade terrestre, promovendo o respetivo planeamento e coordenação, sendo sua especial missão a regulação e supervisão dos transportes terrestres.

Para atingir a sua missão, a DRTMT prosseguiu, entre outras, as seguintes atribuições:

- Assegurar o correto funcionamento do setor dos transportes e mobilidade terrestre, garantindo a emissão dos títulos de autorização e de licenciamento, nos termos legais;
- Proceder a ações de fiscalização nos domínios dos transportes e mobilidade terrestre;
- Coordenar o exercício da fiscalização do trânsito, em articulação direta com as demais entidades fiscalizadoras;
- Proceder à coordenação e planeamento no setor dos transportes e mobilidade terrestre, promovendo a eficiência dos recursos disponíveis;
- Promover o acompanhamento, avaliação e revisão dos instrumentos do ordenamento e regulação no setor;
- Autorizar e fiscalizar a admissão de veículos ao trânsito na via pública;
- Garantir a aplicação da legislação em vigor sobre a habilitação legal para conduzir;
- Promover o estudo da sinalização de vias públicas;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

- Promover o estudo das causas e fatores intervenientes nos acidentes de viação;
- Assegurar o correto funcionamento do mercado regional dos transportes de passageiros e de mercadorias, garantindo a emissão dos devidos certificados, títulos de autorização e de licenciamento, nos termos legais;
- Promover estudos sobre o funcionamento do mercado dos transportes terrestres;
- Fomentar a utilização do transporte público e a implementação de uma adequada cobertura espacial da rede regional de transportes públicos coletivos de passageiros;
- Assegurar a aplicação do direito contraordenacional em matéria de viação e de transportes terrestres, designadamente o processamento das correspondentes infrações;
- Promover e implementar medidas no âmbito da prevenção e segurança rodoviária.

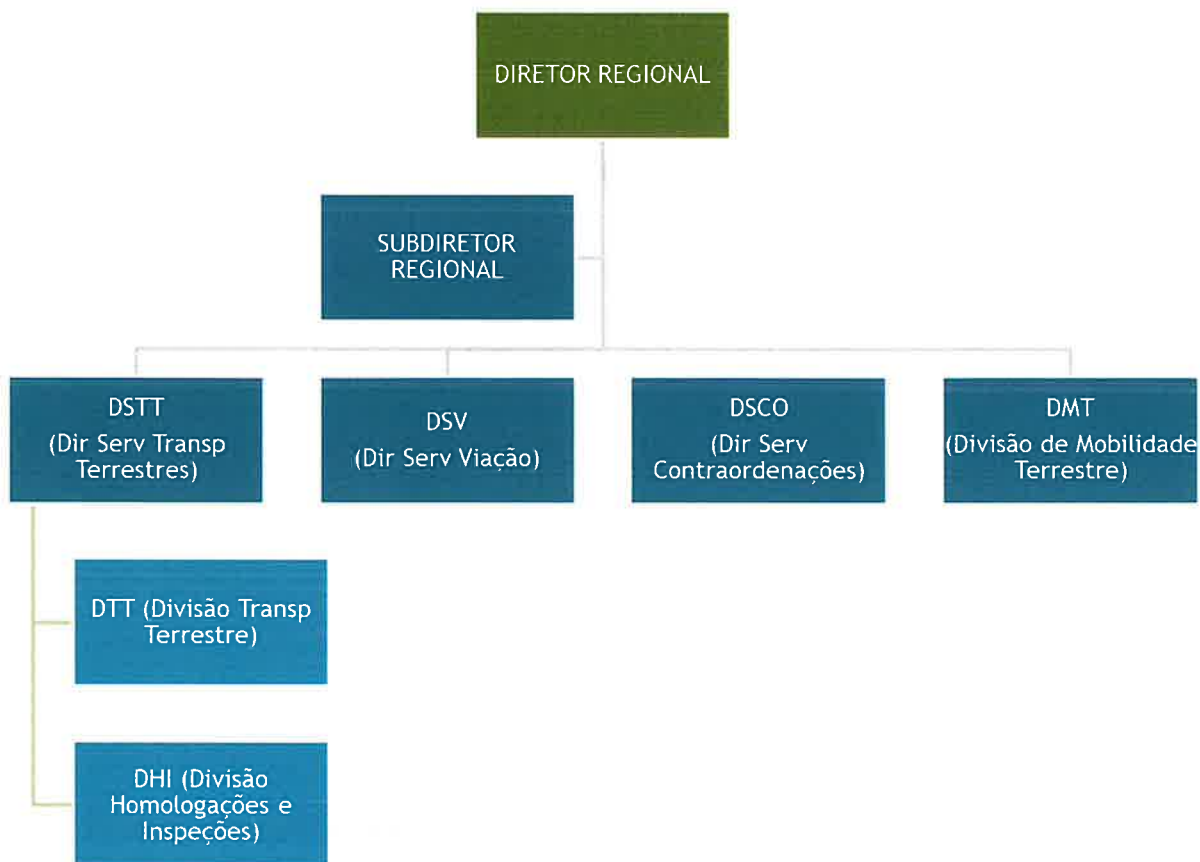


Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



II.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A antiga DRTMT era dirigida por um diretor regional, coadjuvado por um subdiretor regional e encontrava-se organizada segundo o modelo hierarquizado, compreendendo três unidades orgânicas nucleares e três unidades flexíveis, uma das quais na dependência direta do diretor regional:





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

A 31/12/2024¹ a Direção Regional apresentava um total de 80 colaboradores, com a seguinte distribuição por grupos e cargos/carreiras:

Grupo	Cargo/Carreira	N.º de efetivos
Dirigentes	Direção Superior	2
	Direção Intermédia (Diretores de Serviços)	3
	Direção Intermédia (Chefes de Divisão)	3
Técnicos Superiores	Técnicos Superiores	22
Inspetores	Assistentes Técnicos	6
Administrativos	Assistentes Técnicos	37
Operacionais	Assistentes Operacionais	8
Total		80

¹ https://www.madeira.gov.pt/Portals/32/Documentos/Balan%C3%A7o_Social_2024_SREI_interativo.pdf





III. RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

III.1. CONCEITOS

Aquando da elaboração do Plano, foi refletido a utilização dos seguintes conceitos:

- **Atividade** - conjunto de tarefas relacionadas entre si, de forma sequencial e lógica, para a realização de um determinado objetivo;
- **Risco** - evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência na prossecução dos objetivos da organização;
- **Probabilidade de ocorrência** - estimativa da frequência de ocorrência do risco num intervalo de tempo consistente (pelo menos 1 ano);
- **Impacto previsível** - possíveis efeitos decorrentes da concretização dos atos que se pretendem prevenir;
- **Grau de risco** - classificação do nível de risco através da combinação da probabilidade de ocorrência do risco com o correspondente impacto previsível, utilizando uma matriz de aferição;
- **Medidas preventivas** - estratégias concebidas ou adotadas com o objetivo de prevenir a materialização de um determinado risco;
- **Medidas corretivas** - ações concebidas ou adotadas com o objetivo de corrigir uma situação concreta de risco ocorrida;
- **Responsável** - Pessoa ou unidade orgânica que tem a responsabilidade de implementar as medidas preventivas associadas a determinado risco.

III.2. CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

No Plano foi definido como corrupção, a prática de qualquer ato lícito ou ilícito, ou da sua omissão, em troca recebimento de vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou de qualquer outra compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

O próprio RGPC definiu como crimes integrados na corrupção e infrações conexas, os seguintes:

Infração	Conceito	Disposição legal
Corrupção ativa	Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim da prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação.	Artigo 374.º do Código Penal
Corrupção passiva	Conduta de funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação ou de que resulte a obtenção de vantagem não devida mesmo que o ato ou omissão não sejam contrários aos deveres do cargo.	Artigo 373.º do Código Penal



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Infração	Conceito	Disposição legal
Recebimento ou oferta indevidos de vantagem	Conduta de funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida.	Artigo 372.º do Código Penal
Peculato	O funcionário que ilegitimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel ou imóvel ou animal, públicos ou particulares, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.	Artigo 375.º do Código Penal
Peculato em uso	O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de coisa imóvel, de veículos, de outras coisas móveis ou de animais de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções; O funcionário que, sem especiais razões de interesse público o justifiquem, der a dinheiro público destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afetado.	Artigo 376.º do Código Penal
Participação económica em negócio	O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar.	Artigo 377.º do Código Penal



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Infração	Conceito	Disposição legal
Concussão	Conduta de funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.	Artigo 379.º do Código Penal
Abuso de poder	Comportamento de funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.	Artigo 382.º do Código Penal
Prevaricação	Conduta de funcionário que, no âmbito de inquérito processual, processo jurisdicional, por contraordenação ou disciplinar, conscientemente e contra direito, promover ou não promover, conduzir, decidir ou não decidir, ou praticar ato no exercício de poderes decorrentes do cargo que exerce.	Artigo 369.º do Código Penal
Tráfico de influência	Comportamento de quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.	Artigo 335.º do Código Penal



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Infração	Conceito	Disposição legal
Branqueamento	Quem converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens, obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente, com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal; quem ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou titularidade das vantagens, ou os direitos a ela relativos; quem, não sendo autor do facto ilícito típico de onde provêm as vantagens, as adquirir, detiver ou utilizar, com conhecimento, no momento da aquisição ou no momento inicial da detenção ou utilização, dessa qualidade.	Artigo 368.º-A do Código Penal

III.3. ÁREAS DE RISCO E RESPONSÁVEIS

Atenta à atividade desenvolvida pela antiga DRTMT e pelas suas diversas competências, foi procedido à análise crítica às suas atribuições, tendo sido identificado no respetivo Plano, as áreas mais propícias à prática de atos de corrupção e infrações conexas:

- Reconhecimento de entidades formadoras no setor dos transportes rodoviários;
- Certificação profissional de motoristas;
- Licenciamento para acesso e exercício de atividades de transportes rodoviários;
- Atendimento presencial;
- Tratamento do Expediente;
- Instrução dos processos de contraordenação;
- Decisão administrativa dos processos de contraordenação;
- Execução das decisões administrativas condenatórias;



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

- Análise e emissão de pareceres sobre carreiras urbanas e interurbanas;
- Acompanhamento de testes de veículos para novas concessões;
- Análise e gestão de reclamações de utentes dos transportes públicos;
- Procedimentos administrativos em matéria de ensino da condução;
- Procedimentos administrativos em matéria de atribuição, troca e renovação de cartas de condução;
- Licenciamento de empresas exploradoras de escola de condução;
- Licenciamento de escolas de condução;
- Certificação dos profissionais do ensino de condução;
- Inspeção e homologação de veículos;
- Guarda e movimentação de valores;
- Registo de receita;
- Anulação de receita;
- Análise e validação dos valores a pagar de Indemnizações Compensatórias;
- Reporte do abono para falhas;
- Gestão e manutenção do parque automóvel.

III.4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

De acordo com o n.º 4 do ponto 2, do artigo 6.º do DL n.º 190-E/2021, de 09/12, a monitorização e controlo da execução do plano deverá ser efetuada até ao mês de abril do ano seguinte, com a elaboração do relatório de avaliação anual, e no mês de outubro do próprio ano, para as situações de risco elevado ou máximo identificadas, através do relatório de avaliação intercalar.

A avaliação do PPR, coordenada pelo RCN, deverá compreender a recolha e análise de informação junto dos dirigentes/responsáveis designados, nomeadamente sobre:



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

- A execução das medidas, de modo a aferir se estão a ser cumpridas por todos;
- A verificação da sua eficácia, ou seja, se cumpridas estão a ser eficazes ou se, por oposição, há conhecimento ou sinais da ocorrência dos riscos que se pretende prevenir.

O instrumento de excelência para este efeito são as próprias matrizes de risco, sendo imperioso identificar as medidas corretivas a implementar, sempre que as medidas preventivas adotadas não demonstrem a eficácia que se previu.

Os elementos recolhidos deverão ser analisados e compilados nos correspondentes relatórios, que após a sua aprovação, serão objeto de divulgação por todos os colaboradores, remetidos à tutela, ao MENAC e publicitados na página eletrónica, no prazo de 10 dias contados da sua elaboração.

III.4.1. AVALIAÇÃO ANUAL AO PPR

O Relatório de avaliação anual do Plano, relativo ao ano de 2025, consubstanciou-se numa monitorização geral e sectorial ao mesmo, articulada entre os responsáveis sectoriais/por área de atividade, que detinham sob sua responsabilidade, a implementação das medidas preventivas/corretivas aos riscos identificados, de modo a mitigar a ocorrência dos mesmos.

Da análise e monitorização realizada à execução das respetivas medidas, foi possível aferir que as mesmas na sua generalidade foram implementadas, invocando uma posição de implementação contínua, à exceção das medidas preventivas/corretivas que se previam ser colmatadas com as formações, e que ficaram parcialmente implementadas, por ausência das mesmas. Esta limitação sucedida ao nível das formações, deveu-se principalmente à instabilidade política e às alterações orgânicas ocorridas no último ano, com impacto direto neste organismo.



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



S. R.

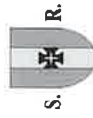
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Matriz de Avaliação de Riscos

Unidade Orgânica	Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco				Medidas preventivas/corretivas	Responsável
			PO	IP	GR	GR		
Análise e validação dos valores a pagar de Indemnizações Compensatórias		Favorecimento indevido Tráfico de influências Corrupção	1	3	Moderado	Asssegurar que as análises são devidamente fundamentadas, com base nos contratos de concessão Validação dos cálculos por pessoa diferente de quem os realizou Declaração de inexistência de conflito de interesses	Subdiretora Regional	
			1	2	Alto	Validação, pelo superior hierárquico, dos dados reportados pelos respetivos colaboradores Segregação de tarefas entre quem elabora os mapas, quem valida e quem efetua o reporte para a SREI	Responsável da área da Receita	
Gestão e manutenção do parque automóvel		Utilização abusiva do veículo de serviço	1	3	Moderado	Definição e implementação de procedimentos Preenchimento dos mapas diários de utilização e validação por pessoa designada para o efeito Validação, por amostragem, dos consumos médios por confronto com os mapas diários de utilização	Secretária da Direção	



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



S. R.

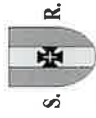
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Direção de Serviços de Contraordenações		Medidas preventivas/corretivas	Responsável
		PO	IP	GR				
Atendimento presencial	<ul style="list-style-type: none"> Violação do princípio da confidencialidade e sigilo Favorecimento indevido de terceiros Recebimento indevido de vantagem 	2	3	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta Formação em atendimento ao público Rotatividade dos técnicos 		Diretor de Serviços	
Tratamento do Expediente de CO	<ul style="list-style-type: none"> Extravio de documentos Atraso no tratamento, distribuição e expedição da correspondência Favorecimento indevido Tráfico de influências 	2	3	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Expediente específico para CO, que concentra o registo das entradas e saídas de CO Formação em expediente e em arquivo 		Diretor de Serviços	
Instrução - Tratamento administrativo	<ul style="list-style-type: none"> Abuso de poder Favorecimento indevido de terceiros Tráfico de influências Corrupção Extravio de documentos Falso cumprimento de inibições Prescrição indevida dos processos por atrasos propositados 	2	3	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do manual de procedimentos Promoção da adoção de comportamentos conformes ao Código de Ética e de Conduta Formação técnica específica de CO Atribuição aleatória dos processos Verificação, por amostragem, dos documentos e moradas inseridos na plataforma informática, por pessoa diferente Definição de prazos obrigatórios e prioridades no âmbito da introdução de documentos na plataforma informática 		Diretor de Serviços	



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica	Direção de Serviços de Contraordenações				Responsável	
	Riscos	Análise e Classificação do Risco		Medidas preventivas/corretivas		
		PO	IP			GR
Funções/Procedimentos	Abuso de poder Favorecimento indevido de terceiros Tráfico de influências Corrupção Extravio de documentos Falso cumprimento de inibições Prescrição indevida dos processos por atrasos propositados	1	3	Moderado	Fundamentação das decisões Revisão dos processos, por amostragem, pela hierarquia Atribuição aleatória dos processos Atualização do manual de procedimentos Promoção da adoção de comportamentos conformes ao Código de Ética e de Conduta Formação técnica específica de CO Controlo das situações de acumulação de funções entre público e privado Segregação de funções entre quem analisa e propõe e quem decide	Diretor de Serviços
Decisão administrativa	Coação Abuso de poder Corrupção Recebimento indevido de vantagem	1	3	Moderado	Formação técnica específica de CO Promoção da adoção de comportamentos conformes ao Código de Ética e de Conduta Controlo das situações de acumulação de funções entre público e privado Segregação de funções entre quem analisa e propõe e quem decide	Gestão de topo Diretor de Serviços
Execução das decisões administrativas condenatórias	Prescrição indevida dos processos por atrasos propositados Abuso de poder Favorecimento indevido de terceiros Tráfico de influências Corrupção	1	2	Fraqueza	Formação técnica específica em execuções Verificação, por amostragem, dos processos a remeter para tribunal, por pessoa diferente Aumento da equipa afeta às execuções	Diretor de Serviços



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | int@madeira.gov.pt



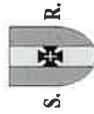
S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica	Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Medidas preventivas/corretivas	Responsável
			PO	IP	GR		
	Recebimento dos valores das coimas e custas	Apropriação ou perda de valores Favorecimento indevido de terceiros Recebimento indevido de vantagem Corrupção	2		3 Elevado	Contagem física dos valores por pessoa diferente de quem recebe Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta	Diretor de Serviços



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | imi@madeira.gov.pt



S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica	Riscos	Direção de Serviços dos Transportes Terrestres			Medidas preventivas/corretivas	Responsável
		Análise e Classificação do Risco	IP	GR		
Reconhecimento de entidades formadoras no setor dos transportes rodoviários	Favorecimento indevido Abuso de poder Corrupção	1	2	2	Dupla verificação da documentação entregue, por pessoa diferente da que recebe Fundamentação dos pareceres Validação superior dos pareceres emitidos Implementação de plataforma informática para desmaterialização do processo, que permita rastrear os processos	Diretor de serviços/chefe de divisão
		1	2	2	Dupla verificação da documentação entregue, por pessoa diferente da que recebe Fundamentação dos pareceres Validação superior dos pareceres emitidos Implementação de plataforma informática para desmaterialização do processo, que permita rastrear os processos	Diretor de Serviços/chefe de divisão
Licenciamento para acesso e exercício de atividades de transportes rodoviários	Favorecimento indevido Abuso de poder Corrupção	1	2	2	Dupla verificação da documentação entregue, por pessoa diferente da que recebe Fundamentação dos pareceres Validação superior dos pareceres emitidos Implementação de plataforma informática para desmaterialização do processo, que permita rastrear os processos	Diretor de Serviços/chefe de divisão
		2	3	3	Contagem física dos valores por pessoa diferente de quem recebe Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta	Diretor de Serviços/chefe de divisão



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | imt@madeira.gov.pt



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Direção de Serviços de Viação	
		PO	IP	GR	Medidas preventivas/corretivas	Responsável
Procedimentos administrativos em matéria de ensino da condução	Favorecimento indevido do interessado Corrupção Tráfico de influências Abuso de poder	1	3	Moderado	Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta Segregação de funções entre quem elabora os mapas dos exames e os examinadores Rotatividade dos examinadores Examinador diferente em caso de reprovação Presença nos exames práticos de uma terceira pessoa (instrutor) Rotatividade dos coordenadores dos exames teóricos Assegurar a inexistência de conflitos de interesse Definição e implementação de procedimentos Perfil para "retificação administrativa", "deferimento na lista de tarefas", "isento" e "supressão de processos" restrito às pessoas com essa responsabilidade	Diretora de Serviços
Procedimentos administrativos em matéria de atribuição, troca, renovação de cartas de condução	Favorecimento indevido Corrupção	1	1	Mínimo	Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta Promoção da rotatividade dos colaboradores Definição e implementação de procedimentos Tramitação dos processos em plataforma eletrónica, com check-lists associadas Segregação de funções entre quem analisa e propõe e quem decide Perfil para "retificação administrativa", "deferimento na lista de tarefas", "isento" e "supressão de processos" restrito a quem tem essa responsabilidade	Diretora de Serviços



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



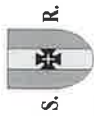
S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica Funções/Procedimentos	Riscos	Direção de Serviços de Viação			Medidas preventivas/corretivas	Responsável
		Análise e Classificação do Risco				
		PO	IP	GR		
Licenciamento de Empresa Exploradora de Escola de Condução e de Escolas de Condução e certificação dos profissionais do ensino de condução	Favorecimento indevido Corrupção Tráfico de influências Abuso de poder	1	1	Mínimo	Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta Implementação de check-lists para instrução dos processos Introdução dos processos na plataforma de gestão documental Vistorias efetuadas por equipas constituídas no mínimo por 2 elementos Definição e implementação de procedimentos	Diretora de Serviços
Recebimento dos valores das taxas	Apropriação ou perda de valores Favorecimento indevido de terceiros Recebimento indevido de vantagem Corrupção	2	3	Elevado	Contagem física dos valores por pessoa diferente de quem recebe Formação e divulgação pelos trabalhadores do Código de Ética e de Conduta	Diretora de Serviços



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | imt@madeira.gov.pt



S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Divisão de Homologações e Inspeções		Responsável
		PO	IP	GR	Medidas preventivas/corretivas		
Inspeção e homologação de veículos	Favorecimento indevido Obtenção de contrapartidas Exorbitar competências Tráfego de influências	1	1	Mínimo	Aplicação do Procedimento Administrativo nos atos a praticar Utilização de check-lists para a correta instrução do processo ou Utilização de procedimentos internos sempre que adequado Propostas fundamentadas com base na legislação e normativos técnicos Validação dos resultados pela hierarquia Promover a rotatividade dos técnicos Definição de prazos para conclusão das inspeções e homologações dos veículos, que serão monitorizados pela hierarquia		Chefia de Divisão de Homologações e Inspeções
Tratamento do Expediente de Inspeções e Homologações	Extravio de documentos Atraso no tratamento, distribuição e expedição da correspondência Favorecimento indevido	1	1	Mínimo	Introdução dos processos na plataforma de gestão documental, sempre que adequado Garantia de encaminhamento para o superior hierárquico, para posterior verificação		Chefia de Divisão de Homologações e Inspeções
Autorizações e licenças de veículos que não impliquem inspeções ou homologações	Favorecimento indevido Falta de imparcialidade nas autorizações ou aprovações Corrupção	1	1	Mínimo	Aplicação do Procedimento Administrativo nos atos a praticar Utilização de check-lists para a correta instrução do processo ou Utilização de procedimentos internos sempre que adequado Propostas fundamentadas com base na legislação e normativos técnicos Validação dos resultados pela hierarquia Promover a rotatividade dos técnicos		Chefia de Divisão de Homologações e Inspeções
Aprovação de projetos de veículos	Realização do projeto por pessoa interna ao serviço	1	1	Mínimo	Disponibilização aos interessados de lista de engenheiros projetistas no front-office Preenchimento do formulário de acumulação de funções Assegurar a inexistência de conflitos de interesse		Chefia de Divisão de Homologações e Inspeções



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt imt@madeira.gov.pt



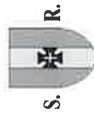
S. R.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica	Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Medidas preventivas/corretivas	Responsável
			PO	IP	GR		
Análise e emissão de pareceres sobre carreiras urbanas e interurbanas	Favorecimento indevido Tráfico de influências Corrupção	1	1	Mínimo	Assegurar que os pareceres são devidamente fundamentados, com base nos contratos de concessão Pareceres revistos e validados pela hierarquia Rotatividade nas equipas de análise Declaração de inexistência de conflito de interesses	Chefe de Divisão	
Acompanhamento de testes de veículos para nova concessão	Conflito de interesses com fabricantes Favorecimento indevido Tráfico de influências Corrupção	2	2	Moderado	Equipa constituída por um mínimo de duas pessoas Declaração de inexistência de conflito de interesses	Chefe de Divisão	
Análise e Gestão de Reclamações de utentes dos transportes públicos	Favorecimento indevido Tráfico de influências Corrupção	1	1	Mínimo	Sistema de gestão de reclamações transparente e rastreável, através da plataforma informática Monitorização periódica pela hierarquia Rotatividade nas equipas de análise	Chefe de Divisão	



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | imt@madeira.gov.pt



S. R.
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
INSTITUTO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES, IP-RAM

Unidade Orgânica Funções/Procedimentos	Riscos	Análise e Classificação do Risco			Área da Receita	
		PO	IP	GR	Medidas preventivas/corretivas	Responsável
Guarda e movimentação de valores	Apropriação indevida de valores Tráfico de influências Corrupção	2	3	Elevado	Recolha diária dos valores recebidos, conferência física por quem recebe, confronto com a documentação e confirmação por aposição de assinatura das partes Depósito diário do numerário e cheques recebidos no dia anterior Definição e implementação de procedimentos	Responsável da área da Receita
Registo de receita	Apropriação indevida de valores Tráfico de influências Corrupção	2	2	Moderado	Implementação de Procedimentos e Instruções de Trabalho Ações de sensibilização e de formação específica para os colaboradores da área Validação junto da DROT dos valores recebidos diretamente na conta bancária, previamente ao registo da receita Verificação periódica na aplicação informática da receita pendente de registo Rotatividade dos técnicos	Responsável da área da Receita
Anulação de receita	Apropriação indevida de valores Tráfico de influências Corrupção	2	2	Moderado	Segregação de tarefas entre quem solicita e quem efetua a anulação da receita Anulação da receita efetuada exclusivamente pela área da Receita Obrigatoriedade de fundamentação da anulação por quem solicita Inclusão, na aplicação de faturação, do pedido, data motivo e pessoa que solicitou a anulação, para rastreabilidade futura Anulação da receita efetuada por pessoa diferente da que emitiu a NER (nota de entrega de receita)	Responsável da área da Receita



Rua de São Pedro n.º 25 e 27 | 9000-219 Funchal | T. +351 291 145 180
www.madeira.gov.pt | int@madeira.gov.pt



IV. CONCLUSÕES FINAIS

“A corrupção é a principal causa do atraso no desenvolvimento e da prevalência de desigualdade económica e social em Portugal.”²

A corrupção compromete a essência das instituições, abala a sua credibilidade e destrói a confiança dos cidadãos nos serviços públicos.

Da análise e motorização realizada às medidas preventiva/corretiva identificadas no Plano para 2025, foi possível concluir que as medidas de implementação contínua foram, na sua maioria, implementadas, mitigando progressivamente as situações de risco identificadas.

Com a realização do Relatório de avaliação anual ao Plano, pretende-se continuar a reforçar a cultura organizacional e aprofundar o seu compromisso na prevenção do fenómeno da corrupção e infrações conexas, onde todos e cada um desempenham um papel crucial na prevenção e no combate à corrupção, garantindo a implementação das medidas preventivas no seu trabalho diário e denunciando fenómenos relacionados com a corrupção e infrações conexas que tenham conhecimento.

O presente Relatório, depois de aprovado, será objeto de divulgação no prazo de 10 dias, por todos os colaboradores desta Instituição, publicado na respetiva página eletrónica e remetido à tutela, à Inspeção Regional de Finanças e ao MENAC, de acordo com o previsto nos n.ºs 6, 7 e 9 do art.º 6.º do RGPC, em observância do princípio da transparência na gestão pública.

23 de abril de 2026

² In “Corrupção em Portugal: Definições, Sinais e Principais Fontes” - André Corrêa d’Almeida



